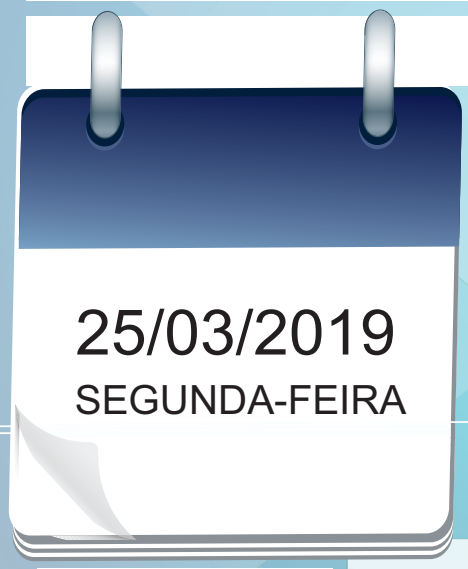
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ - 24/03

TCGO vê precariedade na gestão de recursos hídricos

Poucos benefícios foram atingidos até o final do ano passado nas medidas adotadas pelo Estado de Goiás para correção de falhas e irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado, em auditoria operacional realizada em 2015 sobre a política estadual de recursos hídricos. A constatação é do próprio TCEe m monitoramento que está sendo realizado na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). Entre as determinações e recomendações não cumpridas pela Secima estão a não implantação de instrumentos para o monitoramento e aferição do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em conformidade com os critérios, normas, metas e objetivos propostos, e com os recursos e condições disponíveis ao longo de sua vigência; que o orçamento seja efetivamente aplicado em ações que visem à conservação; que seja solicitado ao Governo do Estado a disponibilização à Secima da compensação financeira das hidrelétricas, para que sejam prioritariamente aplicados em programas de recursos hídricos.

Entrevista

HAROLDO REIMER, REITOR DA UEG

"Investigação não é motivo para que eu renuncie"

Reitor falou ao POPULAR sobre a apuração da CGE no caso Pronatec e das multas aplicadas pelo TCE à sua gestão à frente da universidade

Sarah Teófilo
sarah.teofilo@opopular.com.br

Malu Longo
malu.longo@opopular.com.br

No centro de uma auditoria da Controladoria Geral do Estado (CGE) sobre a nomeação de familiares, sócios, amigos e ele próprio para atuação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o reitor da Universidade Federal de Goiás (UEG), Haroldo Reimer falou ao POPULAR a respeito do assunto. Respondeu por e-mail os questionamentos sobre a apuração da CGE, sobre multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) à sua gestão à frente da UEG, e também comentou a reunião do Conselho Universitário (CsU) prevista para quarta-feira, 27, que deve deliberar sobre uma sugestão para sua renúncia.

O Conselho Universitário (CsU) deve deliberar sobre a sugestão de um de seus membros pela sua renúncia. Caso aprovada, o senhor pede afastamento?

A sugestão de pauta será analisada e caso entre na ordem do dia será debatida. Quanto à questão de eu pedir afastamento, essa não é uma possibilidade. O fato de haver uma investigação em andamento não é motivo para que eu renuncie, assim como uma investigação também não é uma comprovação de culpa.

No requerimento do integrante do CsU um dos pontos citados é que a ex-chefe de gabinete da reitoria, Juliana Almada, assumiu em vários momentos como reitora em exercício e isso não é permitido pelo regimento geral da universidade. Por que isso aconteceu?

A definição do reitor em exercício segue o Regimento Geral, que indica a linha sucessória. Na impossibilidade de qualquer um dos pró-reitores assumirem em minha ausência, não há interpretação restritiva do regimento que impeça que a chefe de gabinete, que faz parte da estrutura básica da UEG, responda pela reitoria.

O POPULAR teve acesso a um documento em que Juliana Almada remove o senhor de Ipora para Aparecida de Goiânia. Qual o motivo da mudança?

Eu estou reitor, mas minha função primeira na UEG é a docência. E eu continuo vinculado à sala de aula, tanto na graduação em Direito em Aparecida quanto na pós-graduação em Anápolis. Minha remoção se deu por uma questão lógica de deslocamento, uma vez que a reitoria fica em Anápolis e é mais ágil que eu vá de um campus ao outro nessas cidades, ao invés de ficar horas na estrada em deslocamento. Ressalta-se que além de Reitor da UEG, também atuo como presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), em Brasília.

O senhor suspeitava que algo poderia acontecer, com a mudança de governo, podendo ocasionar na sua saída da reitoria? Por isso teria preferido ficar lotado em Aparecida?

As insinuações de que há qualquer jogo de bastidores para me tirar da UEG foram levantadas pela própria imprensa. De minha parte sempre prezei pelo estreitamento de laços com governo, porque entendo que o estreitamento de laços é importante para a própria manutenção e crescimento da instituição. Tenho solicitado e aguardado agenda com o governador, que até hoje não aconteceu. Mas tenho certeza que assim que possível, teremos a oportunidade de nos encontrar e conversar sobre a universidade.

> *"Quanto à questão de eu pedir afastamento, essa não é uma possibilidade"*

O requerimento cita ainda duas decisões do TCE que multaram o senhor, no ano passado e este ano (na última quarta-feira). Uma sobre irregularidades em concursos – o senhor teria homologado o resultado antes do fim do inquérito policial – e sobre irregularidades na compra de mesas e cadeiras para portadores de necessidades especiais e de carteiras universitárias. Como o senhor avalia as decisões do TCE? Por que houve a diferença de preço em relação às cadeiras?

Só posso falar de uma das decisões do TCE, que é relativa a um dos lotes do pregão eletrônico de 2012 para compra de 10 mil carteiras universitárias, mesas e cadeiras para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE – conforme a terminologia da época), envolvendo um valor aproximado de 2,7 milhões. Somente o lote das 133 cadeiras para PNE foi questionado, envolvendo um valor total de aproximadamente R$ 25 mil. A compra foi efetuada pelo preço de referência, à época, estabelecido no sistema ComprasNet do Governo. Em relação à suposta multa relativa ao concurso, não tenho nenhuma informação, visto que, até o momento, não recebi nenhuma notificação ou citação do TCE, não podendo, assim, falar sobre o assunto.

A CGE, que está realizando auditoria do Pronatec na UEG, já apontou uma série de irregularidades. O documento diz, por exemplo, que não foi encontrada nos processos disponibilizados pela UEG documentação que comprove a compatibilidade de carga horária, bem como a execução de serviços, de profissionais que receberam no exercício de 2018 a cifra de R$ 4.806.358,43, oriundos do Pronatec. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

A CGE, como órgão de controle externo, está realizando uma auditoria em decorrência de denúncias feitas. Tão logo as demandas foram recebidas, solicitei que as equipes envolvidas dessem as respostas pedidas pela Controladoria, o que foi feito. Quanto a esse informativo da CGE, nada me foi passado, não sendo possível me pronunciar sobre ele.

> *"O cargo de reitor não é impeditivo para que eu assuma outras atribuições como: ministrar aulas, orientar, fazer pesquisa e extensão e coordenar programas como o Pronatec"*

O documento também fala da ausência de comprovação da realização dos serviços de locação de veículos pagos pela UEG com recursos do Pronatec em um contrato no valor de R$ 180.534,46. Os serviços foram prestados?

O contrato em questão era em valor bem superior, mas foi feito somente o desembolso do valor mencionado. Quando a questão efetivamente veio ao meu conhecimento, instaurei devido Processo Administrativo (com extrato de Portaria publicada no DOE) para garantir o contraditório e a ampla defesa dos envolvidos. Já há uma comissão interna fazendo as averiguações cujas respostas serão enviadas à CGE no prazo estabelecido. Caso sejam comprovados danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas.

O senhor trabalhava de fato no Pronatec? O cargo de reitor não exige dedicação exclusiva?

O cargo de reitor não é impeditivo para que eu assuma outras atribuições docentes como: ministrar aulas, orientar, fazer pesquisa e extensão e também coordenar programas como o Pronatec.

As pessoas indicadas para exercer funções no Pronatec, que recebiam altas bolsas, trabalhavam de fato?

O Pronatec envolveu um universo de 7.110 alunos, em 286 cursos de Formação Inicial e Continuada e 22 cursos profissionalizantes concomitantes ao Ensino Médio em dezenas de municípios goianos, conforme a demanda feita pelas Prefeituras. É um programa de enorme complexidade, com muitas demandas e muito trabalho das equipes. Até prova em contrário, todos os envolvidos no Pronatec cumpriram com êxito suas funções.

O senhor acha que a situação do senhor na instituição ainda é sustentável?

Eu sempre entendi que, pelo interesse institucional, deve haver uma relação próxima do reitor com o Governo Estadual e com o governador. A universidade estadual é um importante mecanismo de política pública do Governo estadual, devendo cooperar diretamente com a administração do Estado para a promoção do desenvolvimento regional. A UEG tem hoje mais de 26 mil alunos; é importante ofertante de mestrado e doutorado em Goiás. Para mim parece claro que várias denúncias, e inclusive o pedido de moção de suspeita no Conselho Universitário, estão atreladas a interesses de um grupo que quer tomar o controle da UEG e que para isso precisa desqualificar o reitor e sua gestão. Porém, é lamentável que essa universidade pública seja exposta desta forma sem que haja resultados conclusivos de investigações. O contraditório e a ampla defesa devem ser respeitados, sob pena de inversão das bases do estado democrático de direito. O mandato legítimo de um reitor eleito precisa também ser respeitado, sob pena de desconstrução da (ainda frágil) autonomia da universidade pública – que hoje sofre nacionalmente de uma campanha de sucessivos ataques, cujo episódio mais triste foi a morte do ex-reitor da UFSC, cujas acusações não foram provadas.

Entenda o caso

Ao regulamentar o Pronatec em 2015, Haroldo Reimer se autoproclamou coordenador mantenador do programa e o pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Marcos Torres, foi nomeado como coordenador geral. Ambos recebem R$ 7,5 mil mensais como bolsistas. Outros seis parentes de Torres, cinco pessoas próximas a ele e pelo menos 15 funcionários de sua pró-reitoria também foram indicados para funções no Pronatec recebendo bolsas que variam de R$ 600 a R$ 7 mil. Entre os nomeados está Juliana Almada que até fevereiro era chefe de gabinete da reitoria da UEG

Conselho discute sugestão de renúncia

UEG Colegiado tem reunião marcada para a próxima quarta-feira com objetivo de deliberar sobre proposta para que reitor de universidade peça saída. Crise envolve programa federal

Sarah Teófilo
sarah.teofilo@opopular.com.br

O Conselho Universitário (CsU) deve deliberar na próxima quarta-feira (27) sobre uma sugestão de renúncia do reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Haroldo Reimer, e uma moção de desconfiança em desfavor do professor. O documento pode ser alterado no decorrer da discussão do conselho, com mudança de pedidos e de minutas.

A convocação do conselho foi feita pelo reitor na última terça-feira (19), em meio a polêmicas envolvendo o recebimento de bolsas mensais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal.

Conforme reportagem publicada pelo POPULAR na última quarta-feira, Reimer, que se autoproclamou supervisor geral do programa na UEG, recebeu até o fim do ano passado bolsa de R$ 7,5 mil por mês, assim como o pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Marcos Torres. Este, por sua vez, tinha pelo menos seis familiares recebendo a bolsa pelo programa na universidade.

A assessoria dos Órgãos Colegiados da UEG recebeu a pauta e publicou ainda ontem para que os conselheiros tenham acesso antes da reunião. Conforme assessoria, como a convocação foi feita na última quinta-feira, com a pauta de discussão já encaminhada, o documento entrou como "pauta suplementar" e caberá aos conselheiros definirem sobre a sua apreciação no encontro.

O documento, encaminhado por um conselheiro representante dos técnicos-administrativos, faz o pedido usando como base não só as possíveis irregularidades envolvendo o Pronatec. Na resolução foram pontuadas duas decisões do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) que resultaram em multa em desfavor do reitor. Uma delas foi aprovada pelo tribunal na última quarta-feira, data em que foi publicada a primeira reportagem do POPULAR sobre o assunto. O relatório do conselheiro Sebastião Tejota já estava pronto desde maio do ano passado.

O caso específico é relativo a irregularidades em concursos das polícias Militar e Civil, e do Instituto Mauro Borges, em 2012. O reitor foi multado por ter homologado o resultado antes do desfecho de inquérito policial, diz o documento. No que se referia ao Estado, o relatório foi pela improcedência da representação, deixando de aplicar multa, por exemplo, aos secretários de Gestão e Planejamento da época.

A outra decisão do TCE citada no requerimento é relativa a irregularidades observadas em licitação para compra de cadeiras e mesas para portadores de necessidades especiais, e carteiras universitárias, com valor estimado de R$ 2,7 milhões. O pregão também é de 2012, ano em que Reimer assumiu a reitoria, após pedido de demissão do então reitor, Luiz Arantes, em meio a denúncias de irregularidades. A decisão aplicou multa de R$ 6,5 mil a Reimer e ao pregoeiro.

Em nota, o gabinete de Sebastião Tejota disse que a definição de pauta para as sessões, incluindo o relatório do conselheiro aprovado por unanimidade, não tem relação com as denúncias feitas em reportagem. "Os processos seguem o trâmite regimental, que inclui manifestação da unidade técnica, da defesa, do Ministério Público de Contas, da auditoria etc", disse.

Eduardo Ferreira/Goiás Agora

Reitor da UEG, Haroldo Reimer: "acho essa ideia muito gravosa"

INTERVENTOR

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação de Goiás (Sedi), Adriano da Rocha Lima, afirmou ontem que não há qualquer interferência do governo na apresentação de pedidos de saída do reitor. Ele disse ainda que não é possível dizer se o governo acompanhará ou não um pedido do CsU para afastamento de Reimer. "Não houve ainda nenhuma discussão interna acerca disso", afirmou.

No caso da saída do reitor, o governo deverá designar um interventor para ficar 60 dias úteis. Lima afirmou que o governo não deve manter um interventor por prazo maior que seis meses, o que implicaria em uma antecipação das eleições, que seria em 2020.

REITOR EM EXERCÍCIO

Outra questão apontada em requerimento é o fato de a ex-chefe de gabinete da reitoria, Juliana Almada, ter assumido em alguns momentos a posição de reitora, na ausência de Reimer. O regimento interno da UEG prevê que "na falta ou impedimento legal, o reitor será substituído pelo titular de uma das pró-reitorias". Juliana também recebia bolsa pelo Pronatec na instituição, assim como seu marido e sua cunhada.

A reportagem teve acesso a uma portaria em que Juliana assina como reitora em exercício. No documento, de 20 de dezembro do ano passado, ela resolve remover o reitor, "por interesse da administração", do câmpus de Iporá para o de Aparecida de Goiânia, decisão que passou a valer a partir de janeiro.

Reimer disse ao blog de Fabiana Pulcinelli, do POPULAR, na manhã de ontem, que o CsU é soberano e que respeitará as decisões, mas que tem atuado para esclarecer os fatos. O reitor admitiu ter recebido sugestão para renunciar, antecipando um pedido de afastamento, mas disse que não o fará. "Acho essa ideia muito gravosa, porque significa assumir uma culpa que não existe". A reportagem tentou contato direto com o reitor e via assessoria, desde o fim da tarde de ontem, mas ele não foi localizado.